

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 10



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Equipe Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 10. / Filipe Lins dos Santos. (Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2023.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-038-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II. Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs



Capítulo

10

**POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR:
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ATUALIDADE**



**POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS NA ATUALIDADE**

**PUBLIC POLICIES AND SCHOOL MANAGEMENT: PRESENT
PERSPECTIVES AND CHALLENGES**

Maria das Graças da Silva Souza¹

Zenaide Pereira da Silva²

Elizabete Martins da Silva³

Damiana Dias da Silva⁴

Rosimary Paulo Pereira⁵

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. Graduada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba -UFPB, Graduada em Pedagogia pela Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos - FIP. Pós-Graduada “lato sensu” em nível de Especialista - Supervisão Educacional pela Universidade de Uberaba- Uniub. Pós-Graduada Lato Sensu Orientação Educacional pela Faculdade Facuminas. Pós-Graduação Lato Sensu Master Business Administration em Gestão de Instituições Públicas pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Rondônia - IFRO

2 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos(FIP), Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos - FIP

3 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federada Paraíba (UFPB), Especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos - FIP

4 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University. Graduada em Pedagogia, pela Universidade Vale do Acaraú – UVA – CE. Especialista em Supervisão e Orientação pela Faculdade Integradas de Patos – FIP. Pós-graduada Lato Sensu em nível de Especialização na área de Educação em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Educação São Luís. Professora do Ensino Fundamental 3º ano, e da Educação Infantil no município de Itaporanga-PB.

5 Mestra em Ciências da Educação pela Univercity, Creator Christian, VCCU nos Estados Unidos, concluído entre 2021 e 2023. Durante o meu mestrado desenvolvi uma pesquisa intitulada; Análise de Projeto: Consumo, Consciência e Decisão- Uma Realidade Evidenciada no Instituto Educacional Compacto na cidade de Piancó Paraíba, sobre a orientação do Dr Pe Everaldo Araújo de Lucena, além disso sou graduada em licenciatura Plena em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú na



Resumo: As Políticas Públicas relacionadas à educação se constituem como a materialização das ações do estado em prol da qualidade do ensino e do alcance de objetivos traçados a curto, médio e longo prazo. Essas Políticas Públicas são responsáveis por muitas das melhorias atuais observadas nas escolas, mas o processo de implantação dessas políticas é cercado de desafios, bem como de perspectivas que visam sobretudo a eficiência da gestão escolar. O presente artigo tem como objetivo traçar reflexões acerca das perspectivas e desafios que a gestão escolar tem a frente das políticas públicas relacionadas ao processo ensino aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, com base em documentos oficiais do ministério da Educação e em outras pesquisas sobre o tema com foco em dissertar sobre os desafios e as perspectivas atuais de abordagem do tema e no traçado de reflexões que contribuam para a discussão acadêmica e o conhecimento e estudos da educação, visto se tratar de um tema de relevante importância para a compreensão dos fenômenos educacionais da atualidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Desafios; Perspectivas;

Abstract: Public Policies related to education constitute the materialization of state actions in favor of the quality of education and the achievement of objectives set in the short, medium and long term. These Public Policies are responsible for many of the current improvements observed in schools, but the process of implementing these policies is surrounded by challenges, as well as perspectives that aim above all at the efficiency of school management. This article aims to outline reflections on the perspectives and challenges that school management faces in light of public

cidade de Sobral Ceará em 2009. Ao longo de minha carreira adquirir Especialização em Educação Ambiental pelas Universidade Integradas de Patos- PB entre 2009 e 2010, com uma vasta experiência na área educacional sou concursada em ciências biológica na secretaria de educação e cultura na cidade de Santana dos Garrotes desde 2011, lecionando ciências nas séries finais do fundamental II, também concursada na secretaria de educação e cultura na cidade de Piancó PB em ciências biológicas desde 2011 até o atual momento atuando no ensino médio com as disciplinas Biologia, química e física na EMIEF Luciano de Freire Farias.



policies related to the teaching-learning process. This is a qualitative research of a bibliographical nature, based on official documents from the Ministry of Education and other research on the topic with a focus on discussing the challenges and current perspectives of approaching the topic and outlining reflections that contribute to academic discussion and knowledge and education scholars, as it is a topic of relevant importance for understanding current educational phenomena.

Keywords: Public Policies; Education; Challenges; Perspectives;

INTRODUÇÃO

As políticas públicas relacionadas à educação, bem como a gestão escolar, são processos de ampla discussão, o tema é vasto e tem sido objeto de estudos e pesquisas, pois tratam de uma temática complexa, e que tem forte influência na qualidade da educação ofertada pelo estado, nesses processos diferentes atores e autores influenciam de forma direta e indiretamente. A política tem a capacidade de articular a processo mais amplo do que a dinâmica intra-escolar, sem querer negligenciar, mas os processos relativos à organização, a cultura e gestão estão intrinsicamente ligado a ela.

O presente artigo tem como objetivo traçar reflexões a cerca das perspectivas e desafios que a gestão escolar tem a frete das políticas públicas relacionadas ao processo ensino aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, com base em documentos oficiais do ministério da Educação e em outras pesquisas sobre o tema com foco em dissertar sobre os desafios e as perspectivas atuais de abordagem do tema e no traçado de reflexões que contribuam para a discussão acadêmica e o conhecimento e estudiosos da educação, visto se tratar de um tema de relevante importância para a compreensão dos fenômenos educacionais da atualidade.

A ideia de que democratizar a escola é democratizar as práticas de gestão, está prevista no âmbito das políticas oficiais e faz parte do pensamento dos educadores progressistas, distanciando o máximo possível do autoritarismo que durante séculos foi um modelo de gestão no Brasil. Democra-



tizar a escola para os educadores progressistas seria uma forma de renovar a escola e melhorando o desempenho dos alunos, e o objetivo da escola democrática seria estabelecer no convívio escolar de funcionários, professores, alunos e comunidade as relações democráticas e participativas, que garantissem a expressão de vontades e intencionalidades onde juntos pudessem construir processos de gestão que facilitassem o ensino e a aprendizagem dos alunos e a formação cidadã como foco principal da educação.

A GESTÃO EDUCACIONAL COMO PROCESSO DEMOCRATIZADO

No contexto educacional é imprescindível a discussão sobre a gestão da educação básica, tendo como base vários contextos e cenários complexos que se articula aos sistemas de ensino.

A concepção de educação é entendida, ao nosso a ver, como uma prática educacional, e essa por sua vez traduzem distintas concepções de homem, mundo, sociedade. Entretanto a educação e concebida como um processo de socialização cultural, produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado para a produção, e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam coletivamente ou não em prol dos objetivos desejados, sendo assim políticas implica o envolvimento e comprometimento de diferentes atores (DOURADO 2007).

Todos que compõem a escola possuem de certo modo poder de influência sobre esse contexto, independente da consciência desse poder que possuem, entretanto essa falta de consciência quanto o seu poder influenciador nos processos educacionais, não deixa o sujeito perceber-se como sua participação é importante e fundamental para o bom desempenho das atividades.

A autonomia da escola não é autonomia dos professores, ou autonomia dos pais, ou autonomia dos gestores. A autonomia, neste caso, é o resultado do equilíbrio das forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa e interna) dos quais se destacam: o governo e seus representantes, os professores, os alunos, os pais, e outros membros da sociedade local (BAROSO, 2003, p. 187).



A participação conjunta de todos os membros escolares, enquanto um processo dinâmico e interativo supera o objetivo de gerir apenas as tomadas de decisões, caracteriza-se pela interação e apoio às situações de convivência que ocorrem no âmbito da gestão escolar. A participação dos sujeitos que formam a escola tem como objetivo superar as dificuldades e encontrar formas para enfrentar os desafios diários que surgem na escola.

Num ponto de vista mais amplo podemos perceber o processo educativo não só é construído dentro do muro da escola, mas que extrapola, podendo afirmar que é mediado pelo contexto socioeducativo, que por sua vez sofre grande influencia do meio refletindo no processo de ensino-aprendizagem, desta forma todo o meio está interligado às ações que se materializam, e que essas (ações) não se dão isoladamente, mas requer a participação efetiva de todos para a consolidação dos resultados, a fim de que sejam positivo.

Pelo processo democrático, procura-se criar um ambiente em que as pessoas se sintam á vontade para expressar suas ideias e visões, experimentar novas ações e criar novos projetos. As pessoas, em todos os ambientes de atuação, são encorajadas e apoiadas a expressar-se acerca de suas ideias e opiniões sobre o trabalho escolar e a tomar iniciativas correspondentes. Nesse ambiente, os líderes atuam atentos a essas expressões para identificar aquela que necessitam de maior apoio ou de mais orientação, assim como procuram identificar os naturais sinais e oportunidades de ameaças e distrações que ocorrem durante o processo da realização dos objetivos da escola (LÜCK, 2008, p. 79).

A escola enquanto entidade social tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins-políticos-pedagógicos, isto tem impacto direto e indiretamente, seja no planejamento, desenvolvimento, ou seja, em todas as suas dimensões (DOURADO, 2007).

Vale ressaltar que os programas e ações que tem como norte à gestão educacional deve estar em constante articulação com as políticas educacionais e, a escola é lugar propício para que se desenvolva a autonomia, participação e, que constitui como ferramentas essenciais para possam articular a gestão do Ministério da Educação (MEC) e o projeto político-pedagógico da escola, isso se configura



como forma de resgar e promover o direito social.

Para Libâneo (2008, p. 174): “Democratizar a gestão deve ser um meio para se atingir objetivos de aprendizagem, que é o objetivo primordial das escolas”. Logo diante do pensamento do autor percebe-se que o processo de gestão democrática não tem um fim em si próprio, mas sim em contribuir efetivamente para a aprendizagem dos alunos, não é um fim da escola ter uma gestão democrática, é sim um processo que quando compreendido por todos que fazem a escola facilita os caminhos para o ensino e aprendizagem e conseqüentemente a oferta de uma educação de qualidade.

Penso que o principal papel da gestão escolar é o de favorecer o trabalho docente e, dessa forma, favorecer a aprendizagem dos alunos. São de pouca valia inovações como gestão democrática, eleições para diretor, introdução de modernos equipamentos, e outras novidades, se os alunos continuam apresentando baixo rendimento escolar e aprendizagens não consolidadas (LIBÂNEO 2008, p. 174).

Pode-se perceber que o processo educativo sofre a interferência do meio e que querendo ou não interfere e influencia no processo de ensino – aprendizagem como também sobre o desempenho dos alunos, sendo assim o que fazer para que os processos de organização e a gestão educacional contribuam para que possam contribuir para a materialização e assim tenham bons resultados.

É importante destacar que a participação não é um fim, participação por participação sem objetivos e sem resultados, mas sim um meio que propicia o desenvolvimento de relações na escola e promove a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Para um entendimento melhor é necessário elencar ações do governo e, programas implementados que usa a materialização das políticas direcionadas a área.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL

De forma geral, para compreender a ligação entre as políticas públicas e a gestão escolar é



importante situar as políticas direcionadas à gestão da educação básica por meio da análise da proposição de ações, programas e estratégias articulados pelo governo federal.

As políticas educacionais se constituem como ferramentas da política pública para tratar questões educacionais, essas são múltiplas, diversas e alternativas, sempre com o intuito de melhorias e alcance de resultados no âmbito educacional. São, portanto ideias e ações governamentais com foco na intervenção de problemas. Assim, são objeto de interesse e de análise da política educacional as iniciativas do Poder público, em suas diferentes instâncias (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e espaços (órgãos centrais e intermediários do sistema e unidades escolares). Sua abrangência é ampla já que vêm se constituindo hoje em um terreno pródigo de iniciativas, quer no campo dos suportes materiais, quer no campo de propostas institucionais, quer no setor propriamente pedagógico elas abrangem, pois, desde a sala de aula até os planos de educação de largo espectro (VIEIRA, 2007).

O governo federal por meio do ministério da educação cria e articula ao longo dos anos diferentes ações e programas, que são direcionados ao fortalecimento da gestão educacional subentende-se que esses programas e políticas tenham uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, entendendo que é na escola que se concretiza os processos pedagógicos, e que as ações educativas representam muito, mas do que números estatísticos, são resultados de impactos positivo ou negativo na formação do cidadão para atuar na sociedade, desse modo a implementação de processos de participação e decisão nessas instituições, são a luta pela garantia do direito social à educação e à escola, e a implementação da gestão autônoma nesses espaços sociais, precisam de efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas, numa cadeia de processos e de articulação para a garantia a uma educação emancipadora.

É possível depreender que as políticas focalizadas propiciaram a emergência de programas e ações orientados pelo governo federal aos estados e municípios, destacando-se: a disseminação de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) pelo FUNDESCOLA, a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a implementação de uma política de avaliação fortemente centralizada, em



detrimento de um sistema que propiciasse a colaboração recíproca entre os entes federados. A rapidez com que se processaram as políticas para a educação básica se deu em função da centralização no âmbito federal (DOURADO, 2007, p. 7).

O ponto de encontro entre as políticas públicas educacionais e gestão escolar se materializa, nas ações e intervenções governamentais que contam diretamente com o papel gestor da escola, onde as políticas tem o papel de traduzir as intenções do Poder Público, e através das intervenções propostas em seus planos, são transformadas em práticas que se materializam na gestão.

A participação nos processos de gestão da escola é algo fundamental para que exista êxito no âmbito escolar. A participação se caracteriza pela atuação consciente dos membros e seu exercício de poder e influência nos processos educacionais. De acordo com Luck (2017, p. 29): “Poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme”.

Os órgãos de gestão colegiada da educação escolar reúnem, além dos que são próprios da escola, como colegiados, associações ou conselhos escolares, os conselhos estaduais, municipais, os conselhos tutelares, dos direitos da criança e do adolescente, os conselhos de acompanhamento e supervisão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Ministério (FUNDEF) e os conselhos de alimentação da escola. Existem também conselhos ou associações que congregam secretários da educação, diretores de escolas e docentes (OLIVEIRA, 1997, p. 12-13).

Esses mecanismos são parte das políticas públicas educacionais e trouxeram contribuições para a melhoria da qualidade da educação, aliados a outras ações que só veio a somar, como a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, além das políticas de ação afirmativa, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Profissional da Educação (FUNDESCOLA), tendo como objetivo a democratização da escola, isso resultou na implementação de outros programas como: O PDE e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares, importante instru-



mento na democratização da gestão.

Pode-se citar no âmbito das políticas públicas educacionais dois importantes instrumentos o primeiro é o plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o segundo é o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNESCOLA) é um programa do Ministério da Educação, que tem por objetivo promover ações visando um ensino de qualidade, e que essas (ações) têm como foco o ensino fundamental, e por sua vez contam com a parceria das secretarias estaduais, municipais, tendo como finalidade ampliar e conseqüentemente garantir a permanência das crianças das regiões Norte, Nordeste e o Centro-oeste, já o PDE é um dos programas centrais do FUNESCOLA como afirmam Oliveira, Fonseca e Toschi (2004) que a proposta é dá ênfase na “gestão democrática” através do repasse que tem como finalidade estimular o quadro administrativo a tomar decisões dando-lhe autonomia, mas também responsabiliza pelos seus resultados, sendo assim torna-se um importante instrumento legítimo para a organização do trabalho escolar.

Ainda os autores mencionam (OLIVEIRA; FONSECA; TOSCHI, 2004) que o PDE tem como alvo o aluno, desta forma é considerado responsável pela melhoria da qualidade do ensino, pois é coordenado pela liderança e o planejamento é estratégico a fim de que as ações sejam desenvolvidas na área da gestão, visando o fortalecimento e a modernização da escola. Dentro dessas políticas é importante também citar as que estão relacionadas com a valorização profissional do professor a exemplo da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

No âmbito desses programas que primam pela qualidade da educação existe também o Programa Dinheiro direto na Escola (PDDE), que é um programa onde consiste no repasse anual dos recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE) às escolas. Esse repasse financeiro é feito mediante a criação de VEX de natureza privada para assegurar maior flexibilidade na gestão dos recursos repassados e ampliar a participação da comunidade escolar nessa mesma gestão (DOURADO, 2007).

Já relacionados diretamente a gestão escolar existe o programa de fortalecimento dos Con-



selhos Escolares, que são os verdadeiros gestores de recursos advindos das políticas públicas, esse programa conta com a participação de todos os segmentos da escola da escola, pois é nesse espaço nos quais ações desenvolvidas em prol dos objetivos propostos devam acontecer no coletivo como forma de promover a autonomia. Este programa foi criado mediante a Portaria Ministerial n. 2.896/2004 (BRASIL, 2004) pelas secretarias de Educação Básica do Ministério da Educação que tem por metas:

- I – ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- II - apoiar a implementação e o fortalecimento de Conselhos Escolares;
- III – instituir políticas de indução para a implementação de Conselhos Escolares;
- IV – promover, em parcerias com os sistemas de ensino, a capacitação de conselhos escolares, utilizando exclusive metodologias de educação á distância;
- V – estimular a integração entre os Conselhos Escolares;
- VI – apoiar os Conselhos Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da escola;
- VII – promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação (Portaria Ministerial n.2.896/2004, art. 1º). (BRASIL, 2004).

É fato que essas iniciativas trouxeram avanços significativos, entre os principais a descentralização dos recursos financeiros, entretanto também mostram que a educação ainda continua com necessidades que vão de aspectos simples aos mais complexos e que se refletem nos baixos índices de escolarização e sucesso dos brasileiros.

Construir a gestão participativa da escola é um desafio não apenas para o gestor, mais também por todos os demais integrantes do ambiente escolar. Na maioria das vezes a participação coletiva e engajada de todos só acontece em eventos ou campanhas da escola e mesmo quando todos se reúnem para discutir algum problema escolar, esses problemas a serem discutidos são sugeridos pela direção da escola e os demais componentes agem como coadjuvantes nas tomadas de decisões e encaminhamentos, tornando essa participação totalmente passiva.

São tarefas específicas da escola a gestão de seu pessoal, assim como de seus



recursos materiais e financeiros. Noutras palavras, cabe a ela gerir seu patrimônio imaterial e material. O primeiro refere-se às pessoas, às ideias e à cultura produzida em seu interior; o segundo diz respeito a prédios e instalações, equipamentos, laboratórios, livros, enfim, tudo aquilo que se traduz na parte física de uma instituição escolar. Além dessas atribuições, e acima de qualquer outra dimensão, está a incumbência de zelar pelo que constitui a própria razão de ser da escola – o ensino e a aprendizagem (VIEIRA, 2006, p. 62).

A participação efetiva acontece quando os sujeitos escolares se reúnem coletivamente e analisam as problemáticas que estão inseridos e a partir dessa análise busquem conjuntamente alternativas para solucionar e superar os obstáculos, assumindo compromissos dentro dessa transformação de postura e pensamento.

A gestão democrática de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996) tem entre seus princípios a organização de conselhos escolares, associações de pais e mestres, grêmios estudantis entre outras formas de organização onde seus representantes são escolhidos por voto. Esses órgãos também se constituem como formas de participação no ambiente escolar por meio da representatividade, onde a pessoa ou grupo eleito irá defender os interesses e ser a voz dos que o elegeram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares refere-se a um dos passos mais significativos de avanço na construção democrática da escola, pois as tomadas de decisão são descentralizadas da figura do gestor e a comunidade escolar eleita pelos pares é quem passa a ter vez e voz, se tal ação está realmente acontecendo nas escolas esse é um fato e uma questão para diversas outras pesquisas, pois o presente estudo mostrou que esse é um tema realmente vasto e que carece de aprofundamento teórico e embasamento empírico para reflexões mais aprofundadas.

Cabe ainda, diante das considerações tecidas nesse estudo, destacar que cabe a aos poderes



públicos assegurar condições políticas e de gestão para a melhoria da qualidade.

Da educação brasileira, promovendo o envolvimento e a participação da sociedade civil não apenas como espectadora, mas de forma atuante na formulação, implementação das ações e programas de universalização da educação básica, em todos os diferentes níveis e modalidades.

A escola foi criada como um ambiente burocrático e centralizador de ações, mas esse modelo não mais atende as necessidades atuais da escola, sendo necessária a implantação da participação colaborativa de todos os sujeitos que compõem a escola. Essa mudança na forma de dirigir a escola traz fortes implicações e resistência por parte de muitos, certamente existe resistência porque o processo de mudança implica em uma desestabilização do modelo vigente, mas é necessário determinação, competência e perseverança por parte do gestor para que essa mudança seja efetivada.

O trabalho dos profissionais da educação para ganhar sentido precisa da integração com os demais profissionais da escola, essa interação e união entre os segmentos tem como objetivo um fim comum que é o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Criar um ambiente de confiança e reciprocidade entre os membros da equipe escolar é fundamental, é o gestor a peça chave para trabalhar em prol de condições estimulantes ao bom desempenho profissional.

REFERÊNCIAS

BAROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilidade da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, N.S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. João Pessoa: Gráfica da SEC-PB, 2000.

_____. Ministério da Educação Portaria Ministerial nº 2896, de 16 de setembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2004. Disponível em: <<http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/BDE/2004-2/624-21-09-04.pdf>>. Acesso em: 29/03/2017 às 14:54.



DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas, Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, especial, p. 921-946, out. 2007.

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: UCG, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Alguns aspectos da política educacional do governo LULA e sua repercussão no funcionamento das escolas. Revista HISTEDBR, Campinas, n.32, p. 168-178, dez. 2008.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa da escola. São Paulo: Editora Vozes, 2017. (Série cadernos de gestão).

OLIVEIRA, D. A. (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. RBP AE, Natal, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.



